

AVERBAMENTO Número1: EFECTUADO NA ÚLTIMA PÁGINA DESTA CONTRATO,
POR NÃO HAVER ESPAÇO DISPONÍVEL NAS MARGENS DO MESMO

Em 12 de dezembro de 2012
O Oficial Público,



Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo - CP

nº 003/2011 – Empreitada

1. b 1 A
OFICIAL PÚBLICO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
LOURINHÃ

CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS

CONSTRUÇÃO DO POSTO TERRITORIAL DA GNR

ENTRE:-----

PRIMEIRO: JOSÉ MANUEL DIAS CUSTÓDIO, casado, natural e residente no lugar e freguesia de Miragaia, concelho de Lourinhã, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara e em representação do MUNICÍPIO DE LOURINHÃ, pessoa colectiva de direito público número 502 177 101, com sede na Praça José Máximo da Costa, nesta vila, freguesia e concelho, no uso dos poderes que lhe são conferidos nas reuniões de Câmara realizadas em 15/12/2009, 29/06/2010 e 28/12/2010, conforme foi verificado pelas actas consultadas na presente data no site desta Câmara www.cm-lourinha.pt sendo adiante designado como primeiro outorgante; e -----

SEGUNDO: CAMILO ELÍSIO DOS SANTOS RODRIGUES, que se declarou casado e natural de Angola, residente na Rua Vitorino Fróis, nº 66, 1º Dtº, na cidade, freguesia e concelho de Caldas da Rainha, contribuinte fiscal nº 154 933 740, titular do Cartão de Cidadão com o número de Identificação Civil 07661551 - 0 ZZ9, emitido pela República Portuguesa e válido até 19/01/2015, que outorga na qualidade de Procurador, em nome e representação da Sociedade Comercial Anónima denominada "SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES JOSÉ COUTINHO, S.A.", matriculada na Conservatória do Registo Predial/Comercial de Caldas da Rainha, sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa colectiva 501 540 288, com sede na Rua 31 de Janeiro, nºs 1 - A e 1 - B, na referida cidade, freguesia de Nossa Senhora do Pópulo, concelho de Caldas da Rainha, com o capital social de 1.500.000,00 €, conforme consta da Certidão Permanente com o Código de Acesso 7745-4063-1371, subscrita em 02/11/2009 e válida até 03/11/2011, consultada na presente data, portadora do Alvará de Construção nº 7300, válido até 31/01/2012, no uso dos poderes que lhe foram conferidos para o presente acto, conforme verifiquei pela fotocópia não certificada da Procuração, documentos que se anexam a este Contrato, adiante designado por segundo outorgante.-----

----- É acordado e pelo presente reduzido a escrito, o Contrato de EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS

62



OFICIAL PÚBLICO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
LOURINHÃ

Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo - CP

nº 003/2011 – Empreitada

DE CONSTRUÇÃO DE UM POSTO TERRITORIAL DA GNR NA LOURINHÃ, adjudicado à representada do segundo outorgante, mediante **Concurso Público**, nos termos artºs 130º e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 29/01, na sua redacção actualizada, em reunião de Câmara realizada no dia **28/12/2010**, citada e cuja **Minuta deste Contrato** foi aprovada em **16/03/2011**, que se rege pelas Cláusulas seguintes:-----

CLÁUSULA PRIMEIRA (OBJECTO DO CONTRATO): A representada do segundo outorgante obriga-se a:-----

1 - efectuar a **EMPREITADA** nos termos exigidos pelo Caderno de Encargos do Concurso, o qual inclui as Cláusulas Gerais, as Cláusulas Técnicas Especiais, os Elementos de Solução da Obra que compõem o Projecto de Execução apenso ao mesmo e o Plano de Segurança e Saúde, bem como de acordo com a sua Proposta datada de **23/07/2010**, elaborada nos termos dos formulários disponibilizados na Plataforma Electrónica www.compraspublicas.com, com referência ao Vocabulário Principal para os Contratos Públicos (CPV) 45216111 - 5 - Construção De Uma Esquadra De Polícia, que tem por objecto principal a Construção de dois edifícios – um edifício principal, em forma de L e um edifício anexo – destinados às **Instalações do Posto Territorial da GNR de Lourinhã**, cuja área de construção é aproximadamente de 1.221,95 m² e respectivos espaços exteriores;-----

2 - a fornecer todos os materiais e a realizar todos os trabalhos necessários à execução da obra, indicados nas referidas Peças e constantes do Mapa de Quantidades e Qualidades de Trabalho (Medições), nomeadamente:-----

- Todos os trabalhos preparatórios e acessórios à execução da obra;-----
- Implementação e desenvolvimento do PSS;-----
- Implementação e desenvolvimento do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;-----
- Limpeza da obra;-----
- Movimentação de terras, escavações e estacas;-----



Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo - CP

nº 003/2011 – Empreitada

- Execução de infra-estruturas; -----
- Execução de paredes de alvenaria e divisórias; -----
- Execução de todos os cavaletes de montagem, andaimes e escoramentos necessários à obra; -----
- Execução de Enchimentos/regularizações, revestimentos e Pinturas; -----
- Execução de isolamentos térmicos/acústicos e impermeabilizações de coberturas, paredes, tectos e/ou pavimentos; -----
- Fornecimento e colocação de cantarias, Carpintarias, serralharias e aluminios; -----
- Fornecimento e colocação de vidros e espelhos -----
- Fornecimento e colocação dos equipamentos; -----
- Fornecimento e colocação de equipamentos sanitários e acessórios; e -----
- Execução das redes das especialidades interiores e exteriores, de acordo com os respectivos projectos, como estabilidade, rede de águas, esgotos, pluviais, acústica, rede de gás, instalações de climatização, instalações eléctricas, telefones e segurança, arranjos exteriores, rede de rega e colectores solares.-----

CLÁUSULA SEGUNDA (PREÇO): -----

1 - Pela execução deste Contrato e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do mesmo, o Município de Lourinhã, representado pelo primeiro outorgante, obriga-se a pagar à representada do segundo outorgante o valor total de **1.223.939,52 €** (um milhão, duzentos e vinte e três mil novecentos e trinta e nove euros e cinquenta e dois cêntimos), acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor de 6%, no valor de **73.436,37 €** (setenta e três mil, quatrocentos e trinta e seis euros e trinta e sete cêntimos), devido pelo adquirente, o que perfaz o montante total de **1.297.375,89 €** (um milhão, duzentos e noventa e sete mil trezentos e setenta e cinco euros e oitenta e nove cêntimos).-----

2 – O Preço Total a pagar e referido no número anterior, discrimina-se de acordo com a Lista de Preços Unitários anexa à Proposta da representada do segundo outorgante.-----

CLÁUSULA TERCEIRA (FORMA, PROCESSO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO): O representado do

12



OFICIAL PÚBLICO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
LOURINHÃ

Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo - CP

nº 003/2011 – Empreitada

primeiro outorgante compromete-se a efectuar o pagamento do preço nas condições e prazos a seguir discriminados:-----

1 – Os pagamentos a efectuar pelo representado do primeiro outorgante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 26ª do Caderno de Encargos do Concurso.-----

2 – Os pagamentos são efectuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a apresentação da respectiva factura.-----

3 – As facturas e os respectivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respectivas instruções fornecidas pelo director de fiscalização da obra.-----

4 – Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo director de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.-----

5 – No caso de falta de aprovação de alguma factura em virtude de divergências entre o director de fiscalização da obra e a representada do segundo outorgante quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respectiva factura à representada do segundo outorgante, para que esta elabore uma factura com os valores aceites pelo director de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.-----

6 – O disposto no número anterior não prejudica o prazo de pagamento estabelecido no nº 2 no que respeita à primeira factura emitida, que se aplica quer para os valores desde logo aceites pelo director de fiscalização da obra, quer para os valores que vierem a ser aceites em momento posterior, mas que constavam da primeira factura emitida.-----

7 – O pagamento dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373º do CCP.-----

CLÁUSULA QUARTA (REVISÕES DE PREÇOS): -----



Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo - CP
nº 003/2011 – Empreitada

1 - A revisão de preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efectuada nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, na modalidade de fórmula, de acordo com o disposto nas Cláusulas Gerais do Caderno de Encargos do Concurso (Cláusula 37ª).-----

2 - A revisão de preços obedece à **Fórmula F 04**, discriminada na cláusula 37ª das Cláusulas Gerais do Caderno de Encargos (conforme Anexo ao Despacho n.º 22 637/2004 (2.ª série), de 12 de Outubro, e ao Despacho n.º 1592/2004 (2.ª série), de 8 de Janeiro, tendo em consideração a Rectificação n.º 383/2004 (2.ª série), de 25 de Fevereiro):-----

3 – Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.-----

CLÁUSULA QUINTA (PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO): -----

1 - A representada do segundo outorgante obriga-se a: -----

A) Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total, ou da primeira consignação parcial, ou ainda da data em que o representado do primeiro outorgante comunique à representada do segundo outorgante a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior, sem prejuízo do plano de trabalhos aprovado; -----

B) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor; -----

C) Concluir a execução da obra e solicitar a realização de vistoria da obra, para efeitos da sua recepção provisória, no prazo de **365 (trezentos e sessenta e cinco) dias**, a contar da data da sua consignação ou da data em que o representado do primeiro outorgante comunique à representada do segundo outorgante a aprovação do plano de segurança e saúde, nos termos previstos na lei, caso esta última data seja posterior. -----

2 - No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis à representada do segundo outorgante, esta é obrigada, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de acção e de reorganização da obra necessárias à

u2



OFICIAL PÚBLICO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
LOURINHÃ

Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo - CP

nº 003/2011 – Empreitada

recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução. -----

3 – Quando a representada do segundo outorgante, por sua iniciativa, proceda à execução de trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos, sem que tal se encontre previsto no Caderno de Encargos ou resulte de causa de força maior, pode o representado do primeiro outorgante exigir-lhe o pagamento dos acréscimos de custos das horas suplementares de serviço a prestar pelos representantes da fiscalização.-----

CLÁUSULA SEXTA (LOCAL): A representada do segundo outorgante deverá executar esta Empreitada no Prédio Urbano composto por Lote de Terreno para Construção Urbana, designado por Lote Nº 16 - A, com a área de 3.148,00 m², sito na Rua Rainha D. Leonor, Lote 16A, no sítio da Cegonha do Sul, na vila, freguesia e concelho de Lourinhã, inscrito na respectiva matriz da freguesia de Lourinhã sob o artº 12.051º e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lourinhã sob o nº 9206, da dita freguesia, devidamente identificado nas Plantas Topográficas anexas ao Projecto de Execução.-----

CLÁUSULA SÉTIMA (CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES): A execução da obra será garantida pela caução apresentada pela representada do segundo outorgante, no valor de 61.196,98 € (sessenta e um mil, cento e noventa e seis euros e noventa e oito cêntimos), referente a cinco por cento do valor da adjudicação, sem IVA, prestada mediante Garantia Bancária nº 2537.003152.493, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, em 05/01/2011, tendo como beneficiário o Município de Lourinhã.-----

CLÁUSULA OITAVA (SEGUROS): A representada do segundo outorgante obriga-se a celebrar os Contratos de Seguros mencionados no Caderno de Encargos do Procedimento e de acordo com os prazos e condições nele estipulados. -----

1 — O representado do primeiro outorgante pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices respectivas, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição das mesmas.-----

CLÁUSULA NONA (PRAZO DE GARANTIA): -----



Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo - CP

nº 003/2011 – Empreitada

1 – De acordo com o Caderno de Encargos do Concurso, o prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeito, contados a partir da data da assinatura do auto de recepção provisória da obra: -----

A) - **dez anos** para os defeitos que incidam sobre os elementos construtivos estruturais; -----

B) - **cinco anos** para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas; e -----

C) - **dois anos** para os defeitos que incidam sobre equipamentos afectos à obra, mas dela autonomizáveis, -----

2 – Caso tenham ocorrido recepções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo representado do primeiro outorgante, desde que susceptível de uso independente e autonomizável, -----

3 - Exceptuam-se do disposto no número 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina, -----

CLÁUSULA DÉCIMA (ENCARGOS E CABIMENTO): -----

1 – De acordo com a Cláusula 5ª deste Contrato, a execução destes trabalhos decorrerá **nos anos de 2011 e 2012**, -----

2 – O encargo relativo ao ano de **2011**, no valor de **921.624,66 €** (novecentos e vinte e um mil, seiscentos e vinte e quatro euros e sessenta e seis centimos), tem cabimento na dotação inscrita na classificação orgânica 0102 – Câmara Municipal, na classificação funcional 111, na classificação Económica 06020305 – Outras e na GOP'S 1 Funções Gerais / 1.1 Administração Geral / 2010/1 Construção do Posto Territorial da GNR da Lourinhã, do orçamento de 2011, cuja dotação inicial é de 934.125,00 € (novecentos e trinta e quatro mil, cento e vinte e cinco euros) e o IVA no valor de **55.297,48 €** (cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e sete euros e quarenta e oito centimos), na dotação inscrita na classificação orgânica 0102 – Câmara Municipal, na classificação Económica 06020302 – IVA Pago, do orçamento de 2011, cuja

2



OFICIAL PÚBLICO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
LOURINHÃ

Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo - CP

nº 003/2011 – Empreitada

dotação inicial é de 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros).-----

3 - Foi assumido o compromisso de inscrever os encargos respeitantes ao ano de **2012**, nomeadamente a despesa no valor de **302.314,86 €** (trezentos e dois mil, trezentos e catorze euros e oitenta e seis centimos) e a o IVA devido à taxa legal em vigor, no valor de **18.138,89 €** (dezoito mil, cento e trinta e oito euros e oitenta e nove centimos), nos documentos de despesa para o ano respectivo.-----

4 – Que esta despesa se enquadra nas disposições contidas na alínea a), do nº 1, do artº 22º, do D.L. nº 197/99, de 08/06, na sua redacção actualizada.-----

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (OUTROS ENCARGOS):-----

1 - Correm inteiramente por conta da representada do segundo outorgante a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à recepção definitiva dos trabalhos em consequência do modo de execução destes últimos, da actuação do seu pessoal ou dos seus e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos;-----

2 – Constituem ainda encargos da representada do segundo outorgante a celebração dos contratos de seguros, a constituição ou liberação de cauções ou restituição dos depósitos e quantias retidas que deva efectuar no âmbito do presente Contrato e indicados no Caderno de Encargos do Concurso.-----

3 - Todas as despesas e encargos inerentes à celebração deste Contrato, são igualmente da responsabilidade da representada do segundo outorgante.-----

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO): No caso de incumprimento das obrigações assumidas neste contrato ou parte delas, por facto que seja imputável aos representados do primeiro e segundo outorgantes, são aplicadas para cada um deles, com as necessárias adaptações, as regras constantes do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente as que se referem à Resolução do Contrato, à Aplicação de Sanções e Penalidades Contratuais, sem prejuízo do estipulado pelas Cláusulas 49ª e segs. do Caderno de Encargos do Concurso.-----

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO): A



Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo – CP

nº 003/2011 – Empreitada

OFICIAL PÚBLICO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
LOURINHÃ

5
b

[Handwritten signature]

cessão da posição contratual e a subcontratação são admitidas, nos termos do disposto na Cláusula 48ª, do Caderno de Encargos do Concurso. -----

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (REGIME CONTRA - ORDENACIONAL): É aplicado com as necessárias adaptações, o disposto no Código dos Contratos Públicos.-----

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA (DOCUMENTOS INTEGRANTES): Fazem parte integrante deste contrato e a eles se recorrerá quando necessário:-----

- a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código];-----
- b) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos do Concurso identificados pelos concorrentes, expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar; -----
- c) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos do Concurso; -----
- d) O Caderno de Encargos do Concurso que inclui: Cláusulas Gerais e Especiais, Cláusulas Técnicas e todos os Elementos da Solução da Obra (Projecto de Execução);-----
- e) A proposta adjudicada;-----
- f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;-----
- g) Todos os outros documentos que sejam referidos no Clausulado Contratual ou no Caderno de Encargos do Concurso. -----

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA (PREVALÊNCIA): -----

- 1 - As normas constantes do Código dos Contratos Públicos relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.-
- 2 - No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas a) a e) do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados. -----

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA (LEI APLICÁVEL): Em tudo o omissos ou que suscitem dúvidas no presente contrato, rege-se-á pela legislação em vigor, nomeadamente:-----

52



OFICIAL PÚBLICO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
LOURINHÃ

Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo - CP

n.º 003/2011 – Empreitada

- a) O Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redacção actualizada (Código dos Contratos Públicos) e às alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro;-----
- b) O D.L n.º 273/2003, de 29/10 que procede à revisão da regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, constante no Decreto-Lei n.º 155/95, de 1 de Julho, mantendo as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho estabelecidas pela Directiva n.º 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de Junho; -----
- c) A restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;-----
- d) Às regras de arte;-----

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA (ENTRADA EM VIGOR): Nos termos da lei o presente contrato só se tornará efectivo na data da assinatura do Auto de Consignação da Obra e após o visto obrigatório por parte do Tribunal de Contas.-----

CLÁUSULA DÉCIMA NONA (FORO COMPETENTE): Convenciona-se, por acordo entre as partes, que em caso de necessidade e para dirimir todas as questões emergentes do presente contrato será competente o Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.---

CLÁUSULA VIGÉSIMA (COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES):-----

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do Contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.-----

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.-----

-----Tendo tomado inteiro conhecimento do mesmo, os outorgantes, na qualidade em que outorgam, aceitam e se obrigam, ao cumprimento deste Contrato, das cláusulas, condições e obrigações em que o mesmo está exarado.-----



Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo - CP

nº 003/2011 – Empreitada

6
24

1

42

4

-----O presente Contrato é feito, submetido e devidamente assinado electronicamente pelos outorgantes, na qualidade em que outorgam, mediante a utilização dos seus certificados digitais, na Plataforma Electrónica www.compraspublicas.com, nos termos e para os efeitos constantes da Portaria nº 701-G/2008, de 29/07, fazendo parte do mesmo os documentos relativos à fase da sua formação, aí acedidos e que a seguir se indicam:-----

- 1 – Lançamento do Concurso - Proposta de Lançamento do Concurso e as condições do mesmo datada de 27/11/2009, aprovada em reunião de Câmara realizada em 15/12/2009 e a Confirmação da Autorização para a Abertura do Procedimento, datada de 13/01/2010;-----
- 2 – Processo de Concurso (Peças Concurais) - Programa de Procedimento, Caderno de Encargos - Cláusulas Gerais - Medições (Formulário de Proposta – Mapa de Quantidades), Orçamento e todos os Elementos da Solução da Obra (Projecto de Execução) que incluem as Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos;-----
- 3 – Anúncio no D.R. (Lançamento do Concurso), Anexo (Dados Gerais) e Aviso no D.R. (Aprovação das Listas de Erros e Omissões e Prorrogação do Prazo para Entrega de Propostas);-----
- 4 – Listagem de Interessados: 72 empresas;-----
- 5 – Esclarecimentos e Rectificações às Peças do Concurso; -----
- 6 – Listagem de Concorrentes: 26 empresas;-----
- 7 - Listas de Erros e Omissões dos Concorrentes e Listas de Erros e Omissões aceites pela entidade adjudicante - Extracto da Acta da reunião de Câmara realizada em 29/06/2010; -----
- 8 - Proposta Adjudicada, Documentos que acompanham a Proposta e Recibo Comprovativo da sua Entrega;-----
- 9 – 1º Relatório Preliminar e Anexos;-----
- 10 – Comprobativos de se ter efectuado a 1ª Audiência Prévia; -----
- 11 – Reclamações dos Concorrentes; -----
- 12 - 2º Relatório Preliminar e Anexos; -----



Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo – CP

nº 003/2011 – Empreitada

- 13 – Comprobativos de se ter efectuado a 2ª Audiência Prévia; -----
- 14 – Relatório Final / Mapa Comparativo das Propostas;-----
- 15 – Adjudicação: Extracto da Acta da reunião de Câmara realizada em 28/12/2010; -----
- 16 – Documentos de Habilitação, nomeadamente:-----
- a) Declaração emitida conforme Modelo constante no Anexo II, do CCP;-----
- b) Declaração emitida pelo Instituto de Segurança Social, IP, emitida em 09/02/2011, comprovativa da situação contributiva regularizada; -----
- c) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Caladas da Rainha em 09/02/2011, comprovativa da situação tributária regularizada; -----
- d) Certificados de Registos Criminais, emitidos em 04/03/2011 e 16/03/2011, válido por três meses;-----
- e) Alvará de Construção nº 7300, válido até 31/01/2012, cuja consulta foi efectuada através do site WWW.inci.pt, em 22/03/2011 -----
- f) Documentos relativos à equipa técnica responsável pela orientação da obra - Currículos e Declarações; -
- 17 – Garantia Bancária nº 2537.003152.493, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, em 05/01/2011, comprovativa da prestação da caução;-----
- 18 - Minuta do Contrato e comprobativos da sua aprovação/aceitação: Extracto da Acta da reunião de Câmara realizada em 28/12/2010, Aviso sobre Elementos do Contrato e Documentos a solicitar; Esclarecimento da Adjudicatária a pronunciar-se sobre a Minuta do Contrato;-----
- 19 – Cabimento – Despesa e IVA: -----
- a) 2011 - Informação e Ficha de Cabimento, donde consta que a dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao Contrato, está inscrita no ano económico da celebração do mesmo e Informação de Cabimentação Final e respectiva ficha de Cabimento, donde consta a classificação orçamental da dotação relativa ao IVA devido pelo Adquirente;-----
- b) 2012 - Anexo III: Informação e Ficha de Cabimento relativo ao Ano de 2012 – Repartição de Encargos;-
- 20 - Documentos de Identificação, nomeadamente:-----



Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo - CP

nº 003/2011 – Empreitada

a) Certidão Permanente - Matrícula e todas as Inscrições em Vigor, obtida através do Código de Acesso 7745-4063-1371, subscrita em 02/11/2009 e válida até 03/11/2011;-----

b) Procuração – Poderes para o acto;-----

c) Fotocópia do Cartão de Cidadão do segundo outorgante.-----


21 – Outros: Localização da Obra, etc.-----

-----Lourinhã, 23 de Março de 2011-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE


José Manuel Dias Custódio

O SEGUNDO OUTORGANTE

Camilo Elísio Dos Santos Rodrigues


Qualidade do Presidente da Câmara, em Representação do Município de Lourinhã

Qualidade de Procurador, em representação da Sociedade de Construções José Coutinho, S.A.

IMPOSTO DE SELO: Não aplicável nos termos dos artºs 97º e 99º, da Lei n.º 3-B/2010, de 28/04.

REGISTO: Contrato Efectuado pela DJRH-SCNE-EM e aí Registrado no Lvº nº 1, para Registo de Contratos Avulsos de Fornecimentos e Empreitadas de Obras Públicas, sob o nº 003/2011

42

TRIBUNAL DE CONTAS
RECURSO - JUDICIAL

25.MAR2011 000492

CONTADORIA GERAL DE VISTO

Juiz Conselheiro
JOÃO FIGUEIREDO

João Figueiredo
[Signature]

Juiz Conselheiro
Alberto Fernandes Brás

TRIBUNAL DE CONTAS
VISADO

19 MAR 2011

EM SESSÃO DIÁRIA DE VISTO

145


```
</CompleteCertificateRefs>
<CompleteRevocationRefs>
  <CRLRefs />
</CompleteRevocationRefs>
<SignatureTimeStamp>
```


EL

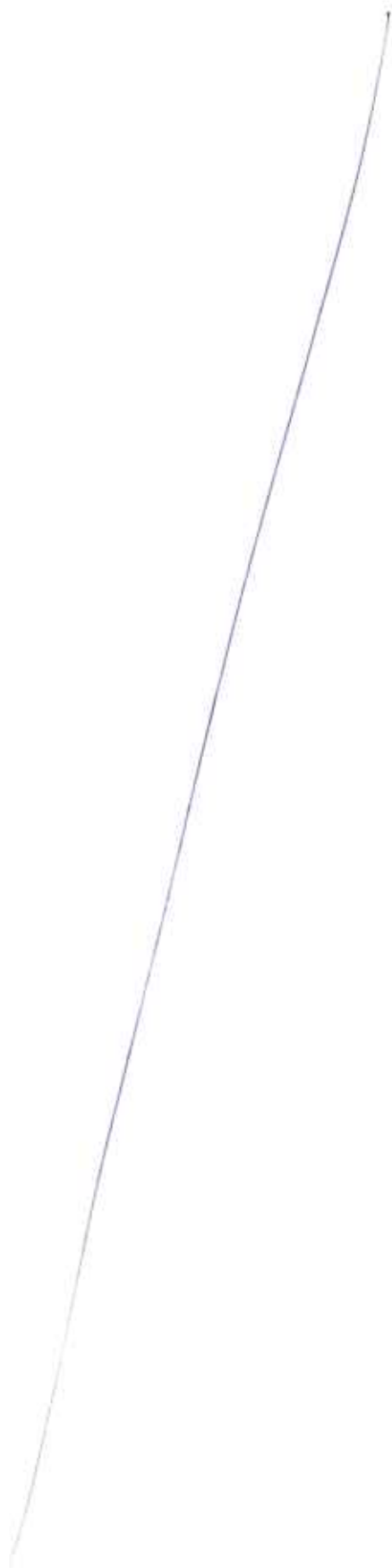
<EncapsulatedTimeStamp>MIIKQzADAgEAMIIOgYJKoZIhvcNAQcCoIIKKzCCCicCAQMxCzAJBgUrDgMCGGUAMIHnBgsqhkiG9w0BCR.
</SignatureTimeStamp>
</UnsignedSignatureProperties>
</UnsignedProperties>
</QualifyingProperties>
</Object>
</Signature>

9
2

Q
h

17

22



18

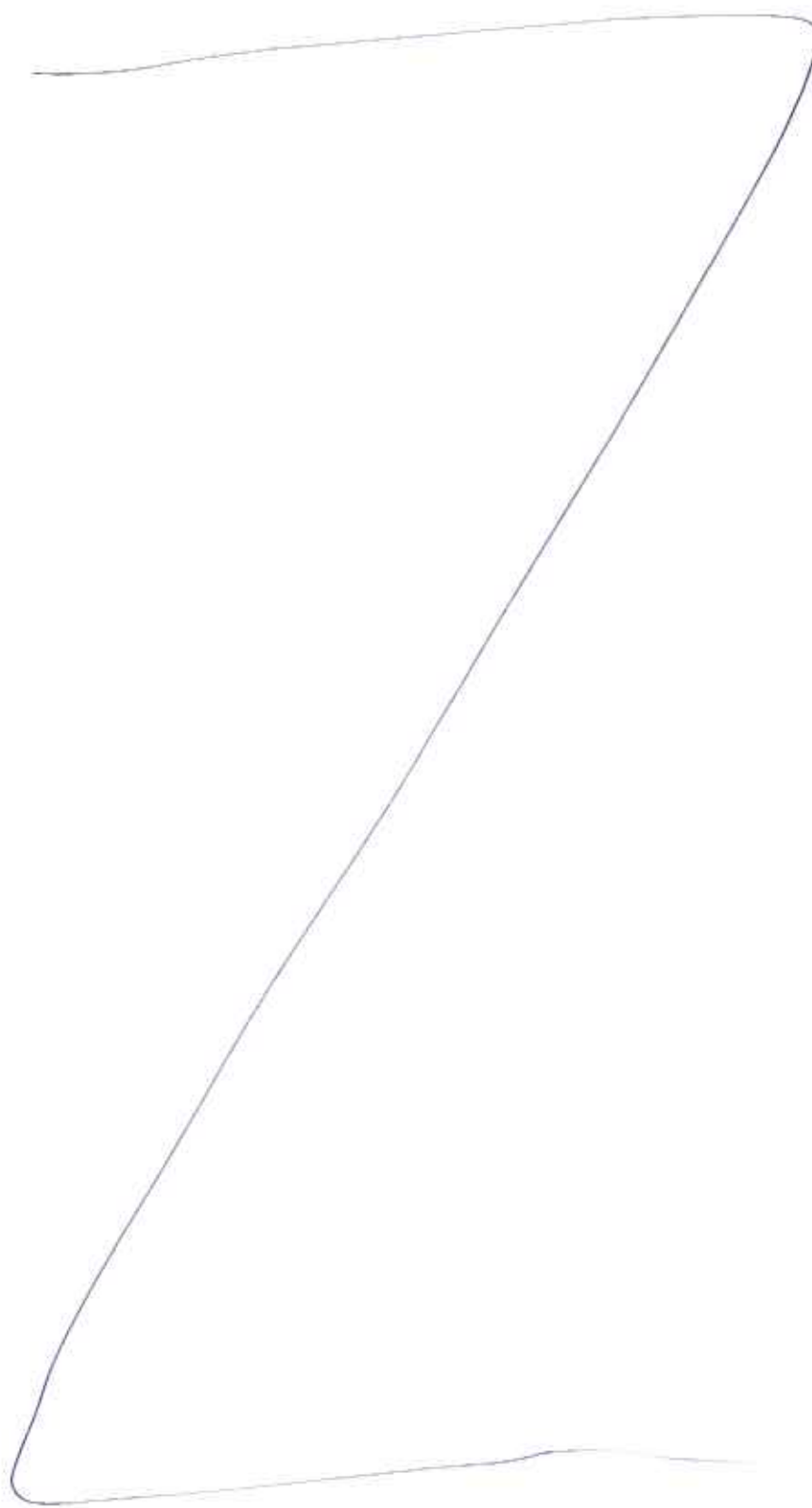
18

</CompleteCertificateRefs>

-<CompleteRevocationRefs>
 <CRLRefs />
 </CompleteRevocationRefs>
 -<SignatureTimeStamp>
 <EncapsulatedTimeStamp>MIIKQzADAgEAMIIOgYJKoZIhvcNAQcCoIIKzCCCicCAQMxCzAJBgUrDgMCGGUAMIHmBgsqhXIGSvOBCR.
 </SignatureTimeStamp>
 </UnsignedSignatureProperties>
 </UnsignedProperties>
 </QualifyingProperties>
 </Object>
 </Signature>

11

42



22

12

Reconheço a assinatura no documento anexo de **Camilo Elísio dos Santos Rodrigues**, feita pelo próprio na minha presença, pessoa cuja identidade verifiquei pelo cartão de cidadão nº 07661551 emitido pela República Portuguesa, o qual intervém na qualidade de bastante procurador da Sociedade "**SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES JOSÉ COUTINHO, S.A.**", com sede na Rua 31 de Janeiro, nºs 1-A e 1-B, freguesia de Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo, concelho de Caldas da Rainha, matriculada na Conservatória do Registo Predial de Caldas da Rainha sob número idêntico ao de pessoa colectiva 501 540 288, qualidade e poderes que verifiquei pela Certidão do registo comercial On-line no sítio da Internet www.portaldaempresa.pt com o número sete sete quatro cinco traço quatro zero seis três traço um três sete um, que consultei e pela fotocópia certificada em vinte e sete de Setembro de dois mil e dez, pela advogada Margarida Leal, da procuração que me foi exibida e que restitui. -----

Cartório Notarial das Caldas da Rainha a cargo da Notária Lic. Carla Sofia Farinha Serra, 14/04/2011. -----

A Funcionária autorizada com o número de inscrição 280/2,

Marlene Isabel Marques Fernandes

Marlene Isabel Marques Fernandes

Autorizada, nos termos do artigo 8º do Estatuto do Notariado e da Portaria nº 55/2011 de 28 de Janeiro, pela Notária Carla Sofia Farinha Serra, desde 31/01/2011 conforme publicitado nessa data no site www.notarios.pt

Conta Reg sob o nº 5 / 1 Foi emitido recibo.

10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100



Município da Lourinhã
Informação de Cabimento
 Plano Oficial de Contabilidade Autárquica - Pocal
 CONTR.: POSTO GNR/2011

Q

Código de GOP -	1 1.1 2010/1		
Fonte de Financiamento	Administração Autárquica		%
	Administração Central	100,000	%
	Fundos Comunitários		%
Classificação Funcional -	111		
Orçamento para o ano de 2011			
Classificação Orgânica -	0102		
Classificação Económica -	06020305	Outras	
1	Dotação Inicial		934.125,00
2	Reforços / Anulações		0,00
3	Congelamentos / Descongelamentos		0,00
4 = 1 + 2 - 3	Dotação Corrigida		934.125,00
5	Compromissos assumidos		2.725,50
6 = 4 - 5	Dotação Disponível		931.399,50
7	Compromisso relativo à despesa em análise		921.624,66
8 = 6 - 7	Saldo Residual		9.774,84

Data - 23-02-2011

Assinatura do responsável

Adriana Santos

1. Valor da Rubrica no Orçamento Inicial
2. Valor das Modificações à Rubrica (+/-)
3. Valor das Cativações (+/-), caso as haja
4. 1 + 2 - 3
5. Cabimentos (026) para a rubrica, até ao actual
6. 4 - 5 (ou valor da 023 para a rubrica, deduzido das Cativações)
7. Valor do Cabimento em análise (actual)
8. 6 - 7 (ou valor da 023 para a Rubrica, deduzido das Cativações e do Cabimento em análise)

265

Município da Lourinhã
Ficha do Cabimento

CONTR.: POSTO GNR/2011

Serviço Requisitante: 01 O.A.

Organica: 0102 CÂMARA MUNICIPAL

Económica: 06020305 Outras

GOP: 1 Funções Gerais

1.1 Administração Geral

2010/1 Construção do Posto Territorial da GNR da Lourinhã

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 921.625,00

Cabimentado: 921.624,66

Saldo: 0,34

Dependente de:

Data	Nº Lanç.	Valores		Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correcções	Documento	Valor		
23-02-2011	3016	921.624,66				921.624,66	Encargo para 2011

a

Município da Lourinhã
Informação de Cabimento
Plano Oficial de Contabilidade Autárquica - Pocal
CONTR.: P.GNR/IVA/2011

Orçamento para o ano de 2011		
Classificação Orgânica - 0102		
Classificação Económica - 06020302 IVA pago		
1	Dotação Inicial	250.000,00
2	Reforços / Anulações	73.000,00
3	Congelamentos / Descongelaamentos	0,00
4 = 1 + 2 - 3	Dotação Corrigida	323.000,00
5	Compromissos assumidos	193.317,37
6 = 4 - 5	Dotação Disponível	129.682,63
7	Compromisso relativo à despesa em análise	55.297,48
8 = 6 - 7	Saldo Residual	74.385,15

Data - 15-03-2011

Assinatura do responsável

Carlos Santos

1. Valor da Rubrica no Orçamento Inicial
2. Valor das Modificações à Rubrica (+/-)
3. Valor das Cativações (+/-), caso as haja
4. 1 + 2 - 3
5. Cabimentos (026) para a rubrica, até ao actual
6. 4 - 5 (ou valor da 023 para a rubrica, deduzido das Cativações)
7. Valor do Cabimento em análise (actual)
8. 6 - 7 (ou valor da 023 para a Rubrica, deduzido das Cativações e do Cabimento em análise)

Município da Lourinhã
Ficha do Cabimento

CONTR.: P.GNR/IVA/2011

Serviço Requisitante: 01 O.A.

Organica: 0102 CÂMARA MUNICIPAL

Económica: 06020302 IVA pago

GOP:

Orçamento

Datação disponível: 323.000,00

Cabimentado: 248.614,85

Saldo: 74.385,15

Dependente de:

Data	Nº Lanç.	Valores		Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correcções	Documento	Valor		
23-02-2011	3017	46.081,23				46.081,23	IVA DEVIDO PELO ADQUIRENTE - POSTO DA GNR
15-03-2011	3499		9.216,25			55.297,48	



2

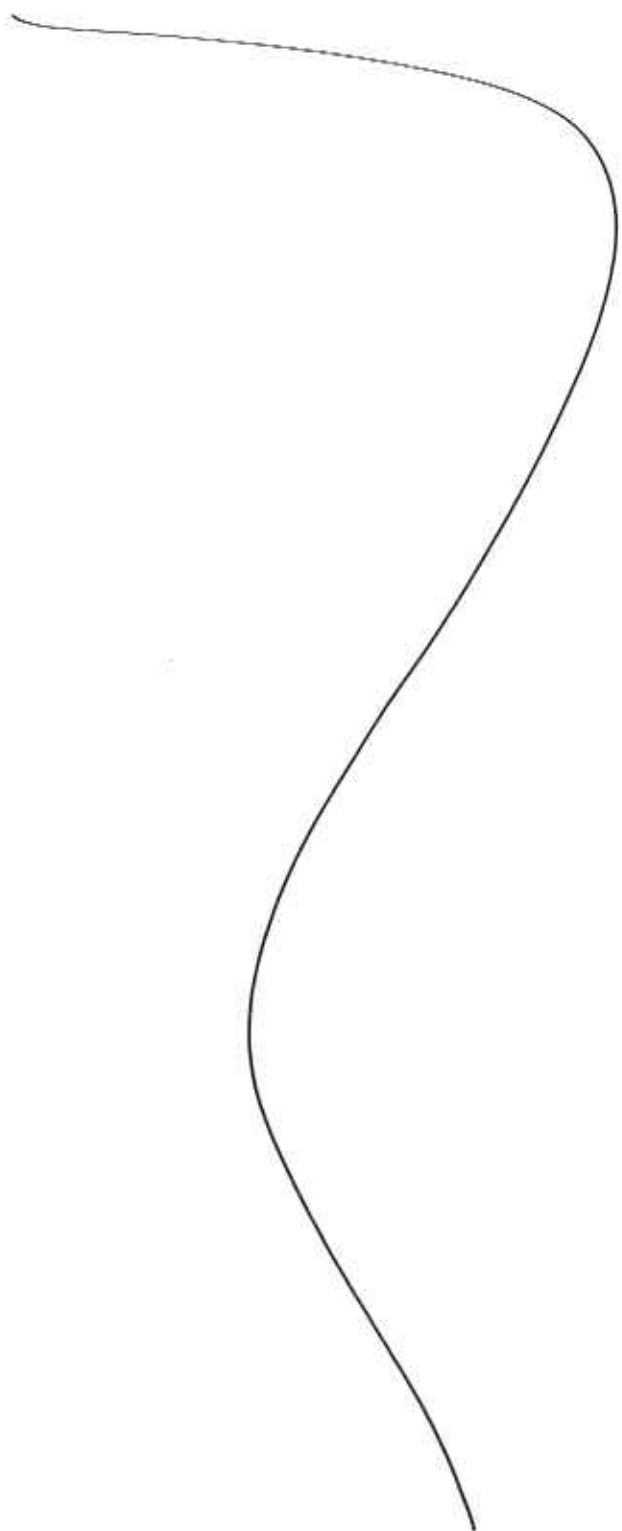
Anexo III

Despesa anos seguintes	Montante previsível da despesa	Código / Designação do Projecto
Ano 2012_	302.314.86 € - IVA devido pelo adquirente no valor de 18.138,89 €	01.02.06.02.03.05 - Construção do Posto Territorial da GNR da Lourinhã
Instrumento de repartição de encargos 1) GOP		
Órgão autorizador de repartição – Câmara e Assembleia Municipal		
Norma autorizadora (legal ou estatutária)		

Cristina Martins, Responsável pela DGF

Assinatura

28





Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo – CP
nº 003/2011 – Empreitada

OFICIAL PÚBLICO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
LOURINHÃ

4

Averbamento Número 1: Na sequência das Deliberações tomadas nas reuniões de Câmara realizadas nos dias 30 de outubro de 2012 e 27 de novembro de 2012 e, após a entrega de todos documentos solicitados nos termos e para os efeitos do número 2, do artigo 319º, do Código dos Contratos Públicos, na sua última redação, fica averbado a este Contrato de Empreitada identificado com o número 003/2011 – Construção do Posto Territorial da GNR, que a representada do segundo outorgante, denominada SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES JOSÉ COUTINHO, S.A., cedeu a sua posição contratual à Sociedade Comercial Anónima denominada HENRIQUE QUERIDO - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, S.A., pessoa coletiva com sede na Urbanização Alfamar, Centro Comercial Alfamar, Loja número4, Várzeas de Quarteira, freguesia e concelho de Albufeira, com o capital social de 1.326.000,00 euros e matriculada na Conservatória do Registo Predial/Comercial de Caldas da Rainha, sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 501 714 723, Portadora do Alvará de Construção número 4.910, válido até 31 de janeiro de 2013, a qual aceitou a transferência de todos os direitos e obrigações referentes a este Contrato, assumindo a posição e todas as responsabilidades da representada do segundo outorgante, cedente, como se comprova pela entrega de um dos exemplares do respetivo Contrato de Cessão de Posição Contratual celebrado entre as partes em 29 de outubro de 2011, o qual passou a produzir efeitos com a sua aceitação definitiva pelas partes e pela Câmara Municipal de Lourinhã, conforme o disposto nas Certidões das deliberações citadas, cujos documentos arquivo junto ao Contrato de Empreitada referido.-----

-----Que, a execução destes serviços decorrerá nos anos de 2012 e 2013, estando a despesa e o IVA devido pelo adquirente cabimentados e comprometidos da seguinte forma, em cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso:-----

1 – A despesa a efetuar no ano de 2012, no valor de 112.378,35 € (cento e doze mil,

trezentos e setenta e oito mil, trinta e cinco cêntimos), tem cabimento na dotação inscrita na classificação orgânica 0102 – Câmara Municipal, na classificação funcional 111, na classificação Económica 06020305 – Outras e na GOP'S 1 Funções Gerais 1.1. Administração Geral 2010/1 Construção do Posto Territorial da GNR da Lourinhã, do orçamento de 2012, cuja dotação inicial é de 1.240.051,00 € (um milhão, duzentos e quarenta mil e cinquenta e um euros), corrigida para 1.236.051,00 € (um milhão, duzentos e trinta e seis mil e cinquenta e um euros) e na dotação inscrita na classificação orgânica 0102 – Câmara Municipal, na classificação Económica 06020302 – IVA Pago, do orçamento de 2012, devido pelo adquirente, no valor de 6.742,70 € (seis mil, setecentos e quarenta e dois euros e setenta cêntimos), cuja dotação inicial é de 350.000,00 € (trezentos e cinquenta mil euros), corrigida para 274.999,00 € (duzentos e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove euros). ---

2 – Para efeitos do cumprimento da Lei número 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei número 127/2012, de 21 de junho, é necessária a requisição oficial, juntando-se para o efeito a Informação e Ficha de Compromisso relativas à Despesa com o número sequencial 8350/2012, bem como a Informação e a Ficha de Compromisso relativas ao IVA devido pelo Adquirente com o número sequencial 8352/2012, todas datadas de 06 de dezembro de 2012, as quais passarão a fazer parte integrante deste Contrato.-----

3 – Foi assumido o compromisso de inscrever os encargos respeitantes ao ano de 2013, nos documentos de despesa para o ano respetivo, estando a despesa e o IVA devido pelo adquirente comprometidos da seguinte forma:-----

a) a despesa no valor de 786.648,46 € (setecentos e oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos); e-----

b) o IVA devido pelo adquirente no valor de 47.198,91 € (quarenta e sete mil, cento e



Câmara Municipal da Lourinhã

OP – Contrato Administrativo - CP

nº 003/2011 – Empreitada

noventa e oito euros e noventa e um centimos).-----

4 – A repartição de encargos foi aprovada pelo órgão executivo em 12/06/2012 e pelo órgão deliberativo em 20/06/2012.-----

5 - Os pagamentos em concreto à representada do segundo outorgante não poderão exceder os valores máximos em cada ano civil aqui fixados.-----

6 - O encargo assumido pelo representado do primeiro outorgante fica condicionado à existência de fundos disponíveis no âmbito do disposto na Lei número 8/2012, de 21 de fevereiro e no Decreto-Lei número 127/2012, de 21 de junho, não havendo lugar a qualquer indemnização daí decorrente.-----

7 – Das faturas deverá constar o correspondente número de compromisso válido e sequencial, conforme o disposto na Lei número 8/2012, de 21 de fevereiro e no Decreto-Lei número 127/2012, de 21 de junho, sob pena de devolução imediata.-----

8 - Que esta repartição de encargos se enquadra nas disposições contidas na alínea a), do número 1, do artigo 22º, do Decreto-lei número 197/99, de 08 de junho, na sua redação atualizada.-----

9 - Prevalece sobre o presente Contrato o previsto na Lei número 8/2012, de 21 de fevereiro, nos termos do seu artigo 13º, obrigando-se as partes ao seu escrupuloso cumprimento.-----

----- Lourinhã, em 12 de dezembro de 2012-----

-----O Oficial Público,-----

(Constantino Rodrigues de Carvalho)

